



CONSELHO MUNICIPAL DA CONDIÇÃO FEMININA

FRANCA – SP

ATA DA 4º REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DA CONDIÇÃO FEMININA DE FRANCA – 07 DE ABRIL DE 2017.

3 Aos sete dias do mês de abril de 2017 às nove horas e quatorze minutos, no Auditório 1 da Secretaria
4 de Ação Social - Avenida Champagnat, 1750 – Centro, teve início a 4º Reunião Ordinária do
5 Conselho Municipal da Condição Feminina de Franca. Estiveram presentes na reunião seis (6)
6 conselheiras: quatro (04) representando o poder público e duas (02) a sociedade civil, como
7 **Conselheiras Titulares:** Kátia Cristina S. Morickochi, Silvana Aparecida Guedes Pereira, Adelita
8 Monteiro e Larissa Cristina Bedo. **Conselheira na Titularidade:** Gabriela Fernandes. Com a
9 seguinte pauta: **I - Expediente: A) – Verificação de quorum e registro das presenças; B) –**
10 **Apresentação das justificativas das Conselheiras ausentes; C) – Conselheira para elaboração**
11 **da ata do dia conforme lista de presença (Larissa Bedo); D) – Aprovação da pauta; E) –**
12 **Informes Gerais: Convite - Curso De Capacitação De Agentes Multiplicadores Na Prevenção**
13 **Ao Uso De Drogas - 24 a 28 de abril – Auditório Secretaria Municipal de Educação; F)**
14 **Aprovação das atas da 2ª e 3ª Reuniões do CMCF. II – Segue Ordem do Dia: Assuntos: 1 –**
15 **Link do CMCF já está na página da prefeitura – atas, pautas, conselheiras, mesa diretora, já**
16 **publicizadas ; 2 - Recebimento de ofício 45/17 – 10ª PJ – solicitação de informações com prazo**
17 **de 10 dias e apresentação do Ofício CMCF – 18/2017 – encaminhado; 3 – Recebimento do**
18 **Ofício 346/2017 – 1º PJ – mnva – referente ao Inquérito Civil; 3 – Recomposição de Comissões**
19 **de trabalho; 4 – Constituição de Comissão para organizar o Pleito Eleitoral 2017 para**
20 **complementação de mandatos da sociedade civil em vacância; 5 – Relato sobre a Reunião da**
21 **Presidente com Secretário Edgar e ofício encaminhado; 6 – Relato sobre o Cine Mulher; 7 –**
22 **Relato sobre a Conferência Regional de Saúde da Mulher.** A presidente iniciou a reunião
23 apresentando as justificativas de ausência das conselheiras: Margarethe Giovannetti Palacio, Marília
24 Augusta Sousa Nascimento, Teresa Cristina Marcos Rubim, Aline Ferreira Souza, Lilian Benevides
25 dos Santos, Roberta de Assis Freitas Paulino Dias, Rosa Maria Mota de Jesus, Aurélia Rodrigues
26 Carbone, Wilma Yara Moraes Pereira, Júlia Carvalho Rodrigues, Viviane Cristina Silva Vaz Ribeiro,
27 Angra dos Reis Florentino e Carolina Carrion Escobar Bueno. Na sequência, a presidente leu a pauta
28 da reunião. Sra. Lígia solicitou ao colegiado a inclusão de um informe e um relato sobre a
29 inauguração do projeto “Promotoras Legais e Sociais”, que foi aprovada por unanimidade pelas
30 conselheiras. Os assuntos: “**3 – Recomposição de Comissões de trabalho; 4 – Constituição de**
31 **Comissão para organizar o Pleito Eleitoral 2017 para complementação de mandatos da**
32 **sociedade civil em vacância”** foram retirados da Ordem do Dia pela ausência de quórum. Antes de
33 passar para os informes gerais, a presidente propôs que houvesse um rodízio na presidência das



CONSELHO MUNICIPAL DA CONDIÇÃO FEMININA

FRANCA – SP

34reuniões para que haja maior participação do colegiado, acreditando que a descentralização da
35coordenação das reuniões pode gerar relações mais horizontais entre as conselheiras. Sra. Maria
36Amélia destacou que é uma proposta a ser discutida de forma mais profunda, por ser uma das
37atribuições da presidência que está na Legislação do Conselho. Sra. Lígia colocou que seria
38importante ter muita clareza no que for discutido em relação à referida proposta pelas atribuições que
39consta em Regimento Interno. Salientou também o quanto é prejudicial o Conselho já estar há duas
40reuniões sem a apresentação e aprovação das Atas. Maria Amélia apontou que o Ministério Público
41está fiscalizando diretamente a publicização das atas dos Conselhos e Órgãos Públicos, apoiado na
42Lei da Transparência, destacando ainda que até a questão do rodízio das Atas será algo a ser
43novamente discutido e repensado entre as conselheiras, uma vez que, tem-se duas atas em atraso, e
44que conforme o Regimento, fazer as atas das reuniões seria atribuição da Secretária do Conselho.
45Reforçou ainda que toda ata tem um padrão e que com rodízio seria complicado manter essa
46padronização. Srta. Larissa acrescentou que não há nada que não possa ser mudado e organizado
47destacando que a Legislação do Conselho ainda está sendo atualizada e considera válida a proposta
48para discussão em conjunto com todo o colegiado. Foi sugerido por Maria Amélia que as
49conselheiras se apresentassem às convidadas. Durante a apresentação a presidente Adelita acentuou a
50importância das convidadas naquele espaço, acrescentando que o Conselho tem tentado pensar ou
51discutir formas para alavancar a participação das mulheres francanas. As convidadas que se
52apresentaram, foram: Marcela e Ana Clara, (Estudantes de Direito da Unesp) e Mariana (Estudante
53de Psicologia da Unifran) representando o grupo de Mulheres do Centro Jurídico Social (CJS)
54apresentando as duas frentes deste grupo, uma que consiste em dar aulas sobre Violência Contra
55Mulher nas escolas públicas de Franca, e outra frente, que consiste em analisar os Boletins de
56Ocorrência da Delegacia de Defesa da Mulher (DDM); Mayara Psicóloga Voluntária na DDM;
57Natália (Estudante de Direito) representando o Núcleo de Cidadania Ativa da Unesp e Daniela
58gestora socioambiental do Confraria-Cult, espaço cultural da cidade. Daniela questionou sobre a
59organização do Conselho e se o mesmo tem se formado recentemente. Maria Amélia apontou que o
60Conselho foi recomposto e está em formação há um ano, porém neste ano de 2017 está tendo
61dificuldade com o quórum das reuniões. Primeiramente pelo processo burocrático e lento das
62indicações do Poder Público, devido a mudança nas gestões das secretarias, e agora, pelo
63desligamento de algumas representantes da Sociedade Civil. O conselho precisa recompor essas
64representações da Sociedade Civil que estão em vacância, havendo a necessidade de elaborar uma
65resolução ou um edital para eleições. Adelita disse que para quem está participando ativamente desde
66o ano passado, a falta de quórum para as reuniões têm sido bastante frustrante. Passou-se para o



CONSELHO MUNICIPAL DA CONDIÇÃO FEMININA

FRANCA – SP

67assunto de Informes gerais. Maria Amélia informou às mulheres presentes sobre o curso de
68capacitação de agentes multiplicadores, de realização da prefeitura em conjunto com a Secretária de
69Ação Social (SEDAS), totalmente gratuito que acontecerá do dia 24 a 28 de abril das 14 horas às 18
70horas, no auditório da Secretaria Municipal de Educação. O Convite para o mesmo já havia sido
71enviado no e-mail de todas as conselheiras. Passou-se para a pauta sobre o Link dos Conselhos,
72informando inclusive que, o do Conselho da Condição Feminina já está sendo alimentado e
73disponível no site da Prefeitura. Como dito anteriormente, o Ministério Público havia feito uma
74provocação aos Conselhos e Órgãos Públicos pautados na Lei de Transparência. Foi demonstrado,
75neste momento, o link do Conselho da Condição Feminina, bem como, os lugares que ainda
76precisam ser formulados e alimentados pelas conselheiras. Todas as Atas de 2016 já estão na página.
77Em 2017, o Conselho teve duas reuniões com quórum, ou seja, duas atas que ainda não estão
78prontas, e uma reunião sem quórum com um relatório, que também pode ser postado. Por este
79motivo ainda não foi postado nenhuma ata das reuniões deste ano. Maria Amélia, destacou a
80importância das conselheiras visitarem a página para analisar os conteúdos postados, até mesmo para
81sugestões, além de divulgar o Conselho. Finalizada esta discussão, foi colocada a pauta sobre o
82Ofício enviado pelo Ministério Público ao Conselho. Maria Amélia fez um breve histórico sobre o
83Ofício que o Conselho recebeu do Promotor Augusto Soares de Arruda Neto, alegando que o
84conselho havia entrado em contato com o mesmo para a realização de uma representação sobre o
85caso da menina de 13 anos exposta de maneira pejorativa pelo GCN. O conselho então teria dez dias
86após a entrega deste ofício para respondê-lo. A conselheira Larissa esclareceu que foi ela que entrou
87em contato com o promotor a título de informação sobre a representação do caso pelo Movimento
88Feminista de Franca e que durante a conversa com o promotor apenas citou que fazia parte também
89do colegiado do Conselho e que proporia ao mesmo redigir uma representação, mas que em
90momento algum disse que faria alguma representação pelo Conselho da Condição Feminina.
91Aproveitou o ensejo para declarar a sua insatisfação com a deliberação do Conselho em não fazer a
92representação. Disse que era uma pauta que tinha bastante conteúdo para discutir com as
93conselheiras, mas que em detrimento de sua cirurgia não pôde estar presente. Acrescentou ainda que
94buscou demais informações e que foi orientada que quanto mais representações contendo mais
95informações melhor seria para a análise do caso, alegando danos morais coletivos e que uma
96representação do Conselho, mesmo que não fosse gerar o resultado esperado, seria meramente
97simbólico principalmente por ser o Conselho da Condição Feminina de Franca, seria um ato político
98no sentido de ter um posicionamento ante a mídia misógina e machista. Que não representar seria
99uma forma de se omitir a isso, que a representação, neste caso, faria parte das atribuições do



CONSELHO MUNICIPAL DA CONDIÇÃO FEMININA

FRANCA – SP

100 Conselho também. Silvana colocou que o Ministério Público demora em dar uma resposta social e
101 que a resposta poderia ser individual, sendo este um dos motivos pela escolha de não representar.
102 Lígia declarou que, por falta de informações ou de outras vias de informações também, não pôde no
103 dia auxiliar no debate, e que mesmo não fazendo diferença para o caso em si, tendo em vista que
104 outros setores representariam, a representação do Conselho poderia significar uma viabilização de
105 suas ações. As convidadas concordaram com as afirmações acima. Lígia também declarou que
106 considera isso uma falha do colegiado, que seria de grande benefício ao Conselho que as
107 conselheiras se apropriassem mais a fundo das questões discutidas para alimentar um melhor debate,
108 além de conseguir efetivamente ocupar os espaços. Maria Amélia pontuou—que, uma vez que as
109 advogadas não estavam presentes no momento, sugeriu que o assunto fosse retomado em outra
110 ocasião.—Lembrou que o conselho enviou ofícios ao Ministério Público, solicitando informações
111 sobre os encaminhamentos dados mediante essa situação. Adelita concordou com os apontamentos
112 de Lígia e Larissa, destacou que se houver próxima vez, ou outro caso em que cabe uma
113 representação, que seria importante que o assunto seja melhor discutido e definido pelo colegiado.
114 Srta. Marcela (CJS) questionou como estamos acompanhando e fiscalizando o caso. Maria Amélia
115 respondeu que o caso tem sido acompanhado através dos ofícios encaminhados pelo Conselho ao
116 Ministério Público. A resposta ao ofício do Promotor Augusto foi lida, e Silvana fez a leitura da
117 resposta dada pelo Promotor Paulo Borges ao Conselho. Após essa discussão foi feito um breve
118 relato sobre a reunião com o Secretário da SEDAS Sr. Edgar Ajax dos Reis Filho. Adelita relatou que
119 na reunião discutiram sobre a dificuldade da DDM em participar das reuniões do Conselho. Foi
120 apresentado ainda um histórico do relacionamento e envolvimento do Conselho com DDM, bem
121 como, as possibilidades na tentativa de suavizar ou minimizar a sobrecarga do trabalho dos
122 profissionais da DDM, a fim de buscar um melhor ambiente e atendimento para os próprios
123 profissionais e para as mulheres atendidas pela delegacia. Foi discutido com ele também, a
124 possibilidade de contratação de estagiários remunerados para estudantes de Direito e Psicologia para
125 dar apoio a DDM. Maria Amélia discorreu e informou ao Secretário sobre o projeto da Parada
126 Segura que foi uma reivindicação do Conselho desde ano passado. Á época, o prefeito Alexandre
127 Ferreira vetou, porém a Câmara de Vereadores derrubou o veto e atualmente a Lei foi publicada no
128 diário Oficial do Município. O secretário Edgar, solicitou ao Conselho um ofício relatando tudo que
129 foi apontado. Srta Marcela, perguntou sobre a questão dos estágios, dizendo que se voluntariou e a
130 vaga já havia sido ocupada. Daniela perguntou se o Conselho também pensou no fato da delegacia
131 não ser vinte e quatro horas. Maria Amélia complementou dizendo que a proposta é de estagiários
132 remunerados para ficarem fixos na delegacia mediante um contrato e que a questão de ser vinte e



CONSELHO MUNICIPAL DA CONDIÇÃO FEMININA

FRANCA – SP

133quatro horas já foi apontada e é pauta do Conselho. Mayara destacou a relevância dessa articulação
134frente a toda a precariedade dos atendimentos e espaços da DDM. Diante dos comentários das
135conselheiras sobre o quão receptiva a delegada foi as visitas e questionamentos do Conselho, Nátalia
136disse que com o Núcleo a delegacia não foi tão receptiva que talvez isso ocorreu pelo fato da
137delegada estar naquele momento de férias. Marcela apontou a viabilidade de ser feita uma
138capacitação pelo Conselho aos profissionais da delegacia. Maria Amélia respondeu ao
139questionamento de Marcela dizendo que o Conselho poderia apenas articular uma capacitação e não
140executá-la. A conselheira Kátia se propôs a buscar uma relação dos imóveis próprios da prefeitura no
141centro da cidade como sendo um local mais adequado, acessível, além de economizar gastos que
142poderiam ser remanejados para reais necessidades, já que no momento, o atual prédio de instalação
143da delegacia é alugado e num local que mal passa transporte público. Mayara sugeriu estagiários do
144Serviço Social também. Maria Amélia disse que seria necessário um profissional no local para
145supervisioná-los, de acordo com as Diretrizes de Estágio do curso. Lígia disse que isso dependeria do
146contrato e questionou ainda sobre a elaboração de projetos e sobre o fundo do Conselho. Maria
147Amélia explicou que o Conselho não possui fundo, e que são destinados recursos da SEDAS. Adelita
148diz que a impressão que teve com o relato da delegada da DDM, a princípio, foi a de “desafogar” a
149equipe, oferecendo o suporte de estagiárias e que as propostas deveriam ser vistas conforme as
150demandas. Silvana acrescentou que a falta de profissionais na cidade tende a continuar, visto que,
151recentemente formaram-se 600 policiais, mas que nenhum veio para Franca. Mayara informou que
152está na delegacia às terças à tarde. Passou-se para a próxima pauta, o relato das conselheiras sobre o
153evento Cine Mulher realizado na Casa da Cultura no mês de março em comemoração ao Dia
154Internacional da Mulher. Adelita iniciou dizendo que o Conselho tinha discutido vários planos, mas
155devido ao quórum e o tempo apertado foi possível realizar somente o Cine-Mulher. Lígia apresentou
156filme às convidadas e conselheiras e relatou que após o filme foi feita uma discussão que não ficou
157só na questão do trabalho doméstico em si, passando pela objetificação da mulher. Acrescentou que
158vê a ação como muito positiva, considera que atingiu os objetivos, avalia como um projeto que
159deveria ter continuidade e que a parceria com a Casa da Cultura foi muito positiva. As conselheiras
160presentes na reunião e no Cine-Mulher concordaram com as afirmações de Lígia. Daniela relatou que
161a Confraria Cult desenvolverá projetos envolvendo a questão social e ambiental, que conta com a
162parceria do Conselho. Passou-se, em seguida, a devolutiva sobre a Conferência de Saúde da Mulher,
163em que as conselheiras que foram fizeram uma explanação sobre os eixos da Conferência e sobre os
164assuntos que tratavam cada palestrante. Lígia, nesse momento fez um destaque à fala de Adelita no
165Eixo IV “Políticas Públicas para Mulheres e Participação Social”, em que o Conselho na Conferência



CONSELHO MUNICIPAL DA CONDIÇÃO FEMININA

FRANCA – SP

166foi muito bem representado pela presidência. Lígia apontou que Adelita trouxe informações sobre o
167Conselho além de estar apropriada do assunto em que ministrou. Maria Amélia diz que Adelita
168finalizou a mesa instigando e impulsionando a participação das participantes, onde boa parte das
169perguntas foram direcionadas à ela. Lígia e Adelita fizeram um repasse sobre a inauguração do
170Projeto Promotoras Legais, como sendo um conjunto de cursos que vão acontecer durante o ano
171visando capacitar mulheres para seu empoderamento e preparando-as para o exercício da cidadania e
172de seus direitos de forma plena. Sem mais assuntos a tratar, a reunião foi finalizada às onze horas e
173vinte minutos e a ata lavrada pela Representante da Sociedade Civil do CMCF, Larissa Cristina
174Bede, sendo anexada a lista de presença.